

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo

Class.:

336

Data 11 de março de 1981

Pg.:

Funai admite estudo para mudar Estatuto

BRASÍLIA (Sucursal) — O presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre da Veiga, admitiu ontem que o órgão vem desenvolvendo estudos que possam ser apresentados como sugestões para as alterações no Estatuto do Índio, principalmente no que se refere à emancipação ex-offício (individual). Acrescentou que, pessoalmente, é favorável à liberação da tutela dos índios que já tenham atingido um determinado grau de integração.

Nobre da Veiga acentuou que, embora o governo ainda não tenha se manifestado oficialmente sobre a liberação da tutela individual, a Funai quer deixar os estudos concluídos para o caso de um pedido oficial sobre o assunto. Ressaltou que "casos como o de Mário Juruna vêm sendo estudados e anexados às sugestões".

"Acredito que o caso de Juruna possa ser chamado de desleal, principalmente em relação ao trabalhador brasileiro assalariado, que cumpre a legislação civil, paga todos seus impostos, etc. No ano passado, Juruna recebeu quase Cr\$ 400 mil sem que a receita federal tenha tomado conhecimento. Apesar de ser em seu benefício, isto tam-

bém é uma discriminação", disse.

Referindo-se aos cinco índios terena, estudantes em Brasília que, por determinação da Funai, tiveram suas bolsas de estudos transferidas para as cidades próximas às suas aldeias no Mato Grosso, embora os caciques venham insistindo na permanência dos índios em Brasília, o presidente da Funai afirmou: "Quer dizer que se os caciques decidirem que os índios devem estudar em Paris, a Funai é obrigada a custear? Índio não é filho de rico. Se há a possibilidade de estudarem próximo às suas aldeias, com maiores chances de contato com as comunidades, por que mantê-los em Brasília?"

O deputado José Costa (PMDB-AL), que impetrou habeas-corpus em favor dos cinco índios terena a semana passada, segundo o coronel Nobre da Veiga, "está se promovendo às custas dos índios". O presidente da Funai observou que, como parlamentar, o deputado está dentro de seus direitos em querer defender os silvícolas, "embora o faça baseado em muito poucas informações. Tudo leva a crer que se trata de promoção pessoal e, para nós, esta sua atuação é uma interferência", finalizou.